

Qual é, afinal, o rumo que estamos trilhando?

A decretação de uma correção monetária para o mês de junho sensivelmente inferior à taxa de inflação presumível para o mesmo mês bem como a desvinculação entre correção cambial e monetária, medidas decretadas ontem, não chegam a constituir surpresa em relação ao que vem sendo previsto em todos os comentários, e não alteram as linhas básicas do que vimos dizendo aqui e ainda ontem acentuávamos.

É claro que há diversos aspectos técnicos da questão que poderíamos examinar com maior ou menor profundidade, como, por exemplo, os efeitos que esse expurgo da correção monetária pode produzir sobre os ativos financeiros e sobre o ânimo dos investidores; a conveniência ou inconveniência de uma taxa de câmbio desvinculada da correção monetária; os problemas de coexistência, ao que tudo indica, de dois IGPs (Índice Geral de Preços), um ajustado, como diz a Resolução 841 do Banco Central, outro integral; etc.

Poderíamos, também, examinar os aspectos jurídicos dessas mudanças todas, para indagar que direito têm os ministros da área econômica de estar a todo momento alterando e substituindo regras que supostamente deveriam ser estáveis, e mexendo, afinal, não apenas com a economia, mas com a vida e o destino das pessoas.

Há, portanto, uma porção de ângulos sob os quais as várias medidas decretadas e ainda previstas, que a nosso ver não formam mais um pacote e sim um processo em desenvolvimento, poderiam ser avaliadas.

Preferimos, todavia, tomar uma certa distância crítica para tentar perceber o rumo que as coisas estão tomando e avaliar se este rumo seria ou não correto — como alguém que pára um pouco no meio do caminho e sobe na árvore alta mais próxima não apenas para enxergar um pouco adiante e vislumbrar para onde vai, como para assegurar-se de que o caminho é bom.

Como disse ontem o ex-ministro Simonsen, a eficiência das medidas que estão sendo adotadas no combate à inflação — e não falamos apenas das de ontem, mas de todas as que vêm sendo postas em prática desde o início do mês e que incluem a redução dos subsídios ao trigo e os dispêndios da conta-petróleo — terá de ser aumentada com outras complementares. Entre elas estariam, na opinião dele, a unificação orçamentária e a melhor definição (e separação) dos papéis do Tesouro, do Banco Central e do Banco do Brasil na administração da economia.

Não obstante, o que nos parece importante indagar agora é se, de fato, a fonte, a causa básica dos descaminhos que temos trilhado, está ou não sendo atacada. Sim, porque as mudanças na correção monetária, no INPC, na correção cambial, etc. tentam apenas reduzir as consequências danosas de um processo que se chama inflação, e cujas causas primordiais estão, como todos sabemos, nas tentativas de materialização de uma "utopia planejadora" que pretendia transformar o Estado em motor único e universal do desenvolvimento, às custas dos recursos e da iniciativa do setor privado. O ministro Delfim Neto, entre as poucas verdades que tem conseguido proclamar neste difícil período de governo, perguntava num texto distribuído antes de sua exposição ao Congresso: "Por que é necessário reduzir as despesas do governo?". E ele mesmo respondia: "Simplesmente porque elas são a causa principal da alta dos juros e da inflação".

O ministro diz corretamente: é preciso reduzir as despesas do governo. Sim, pois o déficit do setor público — fonte das maiores pressões inflacionárias — também pode ser reduzido mediante aumento das receitas governamentais. Só que deste modo corremos o risco de sair de uma situação de inflação crônica através da destruição da economia de mercado e da iniciativa privada. E o que queremos é sair desta inflação crônica não apenas preservando a economia de mercado, base da democracia pela qual lutamos, mas, principalmente, aumentando o potencial de desenvolvimento da iniciativa privada.

Portanto, o que temos de fazer, em cada momento desse processo extremamente difícil de avaliar o cotidiano, para não perdemos de vista o objetivo final e bem estimarmos a qualidade do caminho, é indagar até que ponto cada nova medida contribui para a boa saída — isto é, para a redução de déficit através da redução dos dispêndios do setor público.

Houve uma primeira fase no processo em que estivemos decididamente inquietos. Parecia-nos certo que o governo marchava para a saída errada, ou seja, para a preservação dos seus dispêndios e para redução do déficit somente através do aumento das suas receitas. Foi quando decretou as medidas de natureza fiscal e os cortes nos subsídios — que na verdade representam um aumento de dispêndios para o setor privado, pessoas físicas e jurídicas; portanto, restrição ao potencial de expansão do setor privado.

Agora vemos que, de um lado, o governo procurou preservar a rentabilidade dos exportadores sem chegar a onerar os devedores em moeda estrangeira. É verdade que reduziu os rendimentos dos aplicadores financeiros, mas simultaneamente reduziu também as suas próprias despesas financeiras e, por meio do decreto referente às estatais (ver editorial ao lado), procura, ainda que timidamente, cortar suas despesas operacionais.

Sentimos, por outro lado, pelas palavras do próprio ministro Delfim Neto, que existe uma corrente dentro da máquina governamental que percebe realisticamente qual é a origem dos nossos males, e que luta politicamente para impor os seus pontos de vista. Não temos dúvida sobre a existência dessa batalha e estamos tendo alguns motivos de esperança na vitória daqueles que desejam um Estado controlado pela sociedade e não o contrário. Parece-nos que tentamos trilhar esse rumo positivo, com as últimas medidas.

Exortamos os empresários privados e suas entidades de classe a não ficarem entretidos apenas na análise técnica dessas medidas, mas a terem sempre em mente a contribuição que cada uma delas isoladamente, ou o conjunto delas, poderá dar para que se solucione satisfatoriamente o verdadeiro dilema que enfrentamos: a quem caberá o papel hegemônico no desenvolvimento brasileiro: ao Estado ou à iniciativa privada? É dessa resposta que dependerão todas as outras, em futuro não muito remoto.